



**ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA FAZENDA
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**

RESOLUÇÃO Nº 128 /2016
1ª CÂMARA DE JULGAMENTO

SESSÃO ORDINÁRIA DE: 25/02/2016

PROCESSO Nº 1/1699/2012

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 1/201203442

RECORRENTE: DISBERE – DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS E REFRIGERANTES LTDA

RECORRIDO: Célula de Julgamento de 1ª Instância

CONSELHEIRO RELATOR: ANTÔNIO GILSON ARAGÃO DE CARVALHO

EMENTA: OMISSÃO DE RECEITAS. A increpação fiscal cinge-se em última análise que a omissão de receitas baseou-se na planilha Demonstração dos Resultados com Mercadorias (DRM), com espeque nos dados informados nos livros fiscais. Artigos infringidos: 18 da Lei nº 12.670/96 (RICMS). Penalidade: art. 126, da Lei nº 12.670/96, alterada pela Lei nº 13.418/03. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Recursos Ordinário conhecido e não provido. Decisão por **UNANIMIDADE DE VOTOS**.

RELATÓRIO

Consta da inicial do presente processo que:

“AS INFRAÇÕES DECORRENTES DE OPERAÇÕES COM MERCADORIAS OU PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS TRIBUTADOS POR REGIME ESPECIAL DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA CUJO IMPOSTO JÁ TENHA SIDO RECOLHIDO. OMISSÃO DE RECEITAS DE PRODUTOS SUJEITOS À SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2008, NO MONTANTE DE R\$ 3.813.967,60, CONFORME APURAÇÃO NA PLANILHA FISCAL/FINANCEIRA.”

Em sua manifestação defensiva a autuada alega que:

a) procedeu a retificação do livro registro de inventário de 31 de dezembro de 2007 e de 31 de dezembro de 20058, em 28 de março de 2012;

b) em 2 de abril de 2012, através do seu contador comunicou formalmente os ajustes procedidos no livro registro de saídas. A Dief já havia sido devidamente recepcionada e processada. Observem que o livro Registro de Inventário fora enviado após os ajustes;

c) o cálculo da multa não procede;

d) por fim, considere retificada a informação quanto ao total da receita originada da venda de mercadorias sujeitas a substituição tributária e, em consequência, extinto o crédito tributário lançado.

No julgamento de primeira instância, a autoridade julgadora decidiu pela procedência da ação fiscal entendendo que as informações prestadas pelo autuante são plenamente esclarecedoras.

Inconformada com a decisão singular, a autuada dela recorre alegando, preliminarmente, a falta de razoabilidade do Fisco Estadual em penalizar o contribuinte substituído pelo descumprimento de meras formalidades, tendo em vista que a obrigação tributária principal já foi cumprida mediante pagamento do ICMS devido por substituição tributária, não havendo, assim, razão para omitir vendas.

Assevera, ainda, que a situação dada como infringida não foi devidamente capitulada, tornando nulo o auto de infração em tela.

Rechaça, também, que a planilha que serviu de base para o lançamento fiscal é muito confusa e obscura, não permitindo o exercício do seu direito de defesa, visto que os valores das operações mensais relativas a substituição tributária que efetuou no exercício fiscalizado, constante das Dief's enviadas a SEFAZ, não correspondem com valores apresentados no levantamento fiscal.

Acusa ao contador da empresa pelo ilícito apontado em razão de que deixou de escriturar centenas de notas fiscais de saídas no exercício de 2008. Por outro lado, informa que a referida falha não ocasionou prejuízo ao Fisco Estadual, razão pela qual está incurso na penalidade por falta de escrituração de notas fiscais e não por omissão de saídas.

Assevera, também, que a falta de escrituração de notas fiscais de saídas compromete os valores constantes da planilha e, por isso, não deveriam ser utilizados para cálculo do movimento real tributável, até porque para o referido cálculo utiliza-se o valor das entradas e não das saídas.

A seu sentir, o agente fiscal adotou uma forma de arbitramento em desconformidade com o que recomenda a legislação tributária do Estado do Ceará, pois, para subsistência de uma acusação

R

fiscal, faz-se necessário muito mais do que meras presunções, sendo imprescindível a existência de um aparato consistente em documentação robusta para que se possa realmente evidenciar a ocorrência de um ilícito fiscal.

A Consultoria Tributária opinou pela confirmação da decisão singular condenatória de primeiro grau.

Em síntese, este é o relatório.

VOTO DO RELATOR

De pronto cabe destacar que a ação fiscal foi baseada no Demonstrativo do Resultado com Mercadorias, no sentido de averiguar a regularidade fiscal nas operações de compra e vendas da empresa autuada no exercício de 2008.

Insta salientar que o levantamento fiscal tem por finalidade verificar se a empresa fiscalizada operou com lucro ou prejuízo na venda de suas mercadorias, mediante confronto entre o custo das mercadorias vendidas e a receita líquida de venda. Em caso de prejuízo na venda de mercadorias, configurada, em tese, a hipótese de omissão de receitas prevista no art. 92, § 8º, inciso IV da Lei nº 12.670/96. Trata-se, porém, de uma presunção *juris tantum*, vencível com prova em contrário. Ocorre que no presente caso, ficou demonstrado nos autos que o custo das mercadorias vendidas no exercício de 2008, foi superior ao valor líquido de venda, situação que enseja a possibilidade da autuação sob a acusação de omissão de receitas, conforme determina o dispositivo legal antes mencionado.

Vale destacar, que à Recorrente alega que a diferença constatada pela fiscalização se deu em razão da falta de escrituração de “centenas” de notas fiscais de venda no livro registro de saídas, afirmando que, tão logo, percebeu o erro, retificou as DIEF's, declarando os valores corretos de venda. Todavia, nenhum elemento de prova foi juntado aos autos pela autuada.

No tocante à alegação de que a empresa não deveria ser mais penalizada em razão do imposto ter sido pago pela substituição tributária, é importante destacar que o cumprimento da obrigação principal não dispensa o cumprimento da acessória, ou seja, o fato do ICMS já ter sido pago por substituição tributária não isenta a empresa, por exemplo, de emitir nota fiscal quando da venda das mercadorias.

No que se refere a falha na capitalização da conduta ilícita, basta que a sua descrição esteja clara para que o lançamento fiscal tenha validade a teor do art. 33 § 2º do Decreto nº 25.468/99.



Portanto, diante de tudo o que foi exposto, não merece reforma a decisão singular, posto que o agente fiscal deixou explícito que o motivo da autuação foi à constatação de omissão de vendas, não restando dúvida quanto à conduta infracional denunciada. Ademais, o levantamento fiscal mostra de forma cabal e incontestável a existência de prejuízo na venda com mercadorias sujeitas à substituição tributária, não existindo a obscuridade alegada pela recorrente.

Isto posto, com esteio nas razões de fato e direito ora evidenciadas voto pelo conhecimento do Recurso Ordinário, negando-lhe provimento, a fim de confirmar a decisão condenatória proferida em 1ª Instância, nos termos do Parecer da Consultoria Tributária, referendado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado.

Base de Cálculo	R\$ 3.813.967,60
Alíquota	0%
ICMS	0%
Multa	R\$ 381.396,76
Total a Pagar	R\$ 381.396,76

É o voto.

DECISÃO:


Vistos, Relatados e Discutidos os presentes autos, em que é recorrente **DISBERE – DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS E REFRIGERANTES LTDA** e recorrido **CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA**.

RESOLVEM, os membros da 1ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, após conhecer do recurso ordinário interposto, preliminarmente: 1. em relação à nulidade pela falta da devida capitulação do fato narrado; 2. nulidade por cerceamento do direito de defesa em razão da complexidade das planilhas apresentadas; 3. pedido de conversão do julgamento em realização de perícia; Preliminares de nulidade e pedido de perícia afastados, por unanimidade de votos, com base nos fundamentos contidos no parecer da Assessoria Processual Tributária. No mérito, por unanimidade de votos, resolve negar provimento ao recurso, confirmando a decisão **CONDENATÓRIA** proferida pela 1ª Instância, nos termos do voto do Conselheiro Relator, em conformidade com o parecer da Assessoria Processual Tributária constante dos autos e adotado pelo representante da douta Procuradoria Geral do Estado.

SALA DAS REUNIÕES DA 1ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS, em Fortaleza, aos 29 de 03 de 2016

Francisca Marta de Sousa


PRESIDENTE

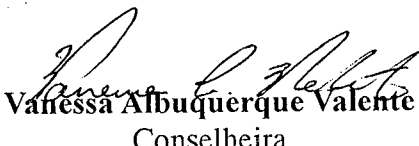

Alexandre Mendes de Sousa
CONSELHEIRO


Sandra Arraes Rocha
CONSELHEIRA

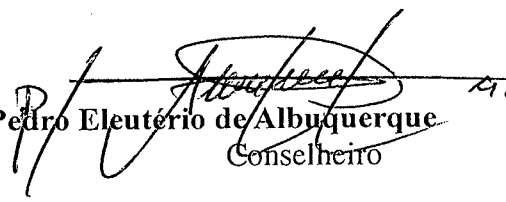

Ana Mônica Filgueiras Menescal
Conselheira


José Gonçalves Feitosa
Conselheiro


Antônio Gilson Aragão de Carvalho
Conselheiro


Vanessa Albuquerque Valente
Conselheira


Manoel Marcelo Augusto Marques Neto
Conselheiro


Pedro Eleutério de Albuquerque
Conselheiro


Mateus Viana Neto
PROCURADOR DO ESTADO

José Sydnei Valente Lima
CONSULTOR(O)A TRIBUTÁRI(O)A